
02. CAPOEIRA E A EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Tatiane Trindade Machado¹

Marta de Oliveira Costa²

Primeiras palavras

A capoeira é uma luta, que se camuflou através da ginga em dança e resistiu aos vários momentos da nossa sociedade, transformando-se em objeto de estudo. Por ser uma manifestação da cultura popular, mais precisamente uma manifestação com elementos fortemente ligados à cultura negra, pode se configurar em um dos conteúdos da Educação para Relações Étnico-Raciais. Para tal reflexão, o objetivo dessa pesquisa é demonstrar de que maneira a capoeira pode se configurar em um desses conteúdos. A pesquisa é de cunho qualitativo e os procedimentos metodológicos se deram a partir do paradigma da Nova História Cultural.

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn. Será conveniente descrever este paradigma tradicional como “história rankeana”, conforme o grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), embora este estivesse menos limitado por ele que seus seguidores. (Assim como Marx não era um marxista, Ranke não era um rankeano.) Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltece-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência - com muita frequência - considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado. (BURKE, 2011. P.10).

Burke (2011) nos mostra contrapontos entre a história tradicional e a Nova história. Uma nova forma de realizar pesquisa, bebendo em outras fontes e utilizando novos métodos. Segundo Burke (2004) “A idéia de Cultura implica a idéia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados de uma geração para a seguinte”.(p.39) Os novos paradigmas traçados pela nova história nos dá maior liberdade de escrever sobre as minorias e a capoeira está nessa perspectiva, por se configurar como cultura popular e se caracterizar uma tradição passada de geração em geração. A nossa intenção não é de operacionalizar os

¹Mestranda em Educação PPED/UNIT. Graduada em Ciências Sociais/UFS. Especialista em Direito Educacional/ PIO X. E-mail: tati.tutoria@hotmail.com.

²Pós-graduanda em Africanidades e Cultura Afro- brasileira/UNOPAR. Graduada em História-/Unit (2013)

conceitos de cultura e de tradição, mas sim de compreender a capoeira como uma cultura brasileira.

Neste sentido, compreendemos a formação da Cultura Brasileira como híbrida, uma vez que isso significa que ela foi construída a partir da mistura de elementos de várias culturas, pois vários povos aportaram no Brasil desde a colonização feita pelos portugueses. De acordo com Sergio Buarque de Holanda (1995), essa colonização, mesmo tendo começado de maneira desleixada, contribuiu para a constituição de características do povo brasileiro na medida em que, caso tivéssemos sido colonizados por outropáis da Europa, seríamos totalmente diferentes. Para esse autor:

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e energética: fez-se antes com desleixo e certo abandono [...]. Se o julgarmos conforme os critérios morais e políticos hoje dominantes, nele encontraremos muitas e sérias falhas. Nenhuma, porém, que leve com justiça à opinião extravagante defendida por um número não pequeno de detentores da ação dos portugueses no Brasil, muitos dos quais optaram de bom grado e confessadamente, pelo triunfo da experiência de colonização holandesa, convictos de que nos teria levado a melhores e mais gloriosos rumos. (HOLANDA, 1995, p.43)

Se o Brasil fosse colonizado por outros povos europeus, teríamos outra história para contar, no entanto, a visão historiográfica continuaria sendo eurocêntrica. Certamente ouviríamos a história da perspectiva do colonizador e as outras culturas como a Indígena e a Africana, por exemplo, ficariam em segundo plano. E mais, se a Família Real portuguesa não fixasse residência no Brasil, muito provavelmente não seríamos uma nação única, a exemplo do que aconteceu com os países da América espanhola.

Em contraste, o transplante da Corte Portuguesa, não importa qual tenha sido sua motivação, não só preservou a base de legitimidade como a aproximou dos súditos americanos. Na hipótese da ausência da Corte Bragantina na América, a enorme colônia, escassamente povoada, cujo os meios de comunicação quase que se limitavam às rotas marítimas entre as cidades litorâneas, tenderia a seguir o mesmo caminho de sua contra-partida hispânica, isto é, o caminho da fragmentação. Pode-se dizer, assim, que a transposição da Corte foi a causa necessária, embora não suficiente, para o bem ou para o mal, da existência do Brasil assim como ele é hoje conhecido. (CARVALHO, 2014, p. 19)

A partir dessa colonização europeia fomos levados a acreditar no mito das três raças, desde os tempos de escola, quando estávamos entre os livros didáticos e os professores que reproduziam o que estava escrito. Naquele momento, aprendemos que o Brasil, ou melhor, o povo brasileiro, foi “formado” pelas matrizes portuguesa, africana e indígena. Deste modo, somos levados a acreditar que existe uma harmonia cultural. Entretanto, pensamos que todos os povos têm o mesmo significado e, em nossa formação híbrida, não percebemos que a

perspectiva com que nos chegam as informações é contada a partir da matriz dos dominadores.

De acordo com Roberto Da Matta(1987), esta descrição para a formação de nossa cultura não passa de uma fábula, salientada pela ciência. A legitimação dessa teoria dada pela ciência não mostra como cada etnia contribuiu para a formação do povo brasileiro, porque a história sempre foi contada através de uma visão etnocêntrica ditada pela classe dominante.

Assim, foram criados estereótipos como, por exemplo, o termo “preto”, que foi comumente usado pelo branco para se referir ao negro de forma pejorativa. No entanto, a contribuição dada por negros e índios à nossa cultura ficou durante muito tempo velada.

Florestan Fernandes (1978) nos esclarece que a luta do negro não era para mudar o sistema, mas sim para ser inserido nele. Como nos revelou Gilberto Freyre (2010), no livro “O escravo nos anúncios de jornais do século XIX”, as marcas deixadas nos escravos por alguns senhores faziam com que eles fugissem. Porém, esta fuga não se resumia em uma liberdade total “[...] mas na busca de, para eles, bons senhores” (p. 29). Ressalta-se que muitos negros tentavam e alguns cometiam o suicídio na busca pela liberdade, conforme Ferreira (2009).

Com a libertação dos escravos em 1888, o negro adquiriu a liberdade, no entanto, sem nenhum bem material ou moral. Assim, muitos continuaram realizando trabalhos ainda escravos, tendo em vista que nesse momento preferia-se a mão de obra vindas da Europa ou da Ásia por serem consideradas mais qualificadas. Segundo Fernandes,

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepara-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (FERNANDES, 1978, p. 15)

Não obstante, sem proteção e sem rumo, alguns tentando se adaptar à nova configuração dada às suas vidas, caíam na marginalidade, fazendo trabalhos como capangas, roubando e furtando.

Observamos, assim, como os negros foram sendo deixados de lado dentro da sociedade de classes que estava se formando. No entanto, as suas características foram impregnando o cotidiano por conta da sua própria condição. Se antes eles eram protegidos e agora não mais, havia a necessidade premente de sobrevivência e muitos negros, sem trabalho formal, eram contratados para outros fins e compunham a configuração dessa sociedade.

A capoeiragem se configurou como uma arma ou ferramenta muito utilizada nos trabalhos não formais dos negros. Para explicar esses trabalhos precisamos primeiro, salientar a existência de dois modelos de escravidão no Brasil do século XIX, a escravidão rural e a escravidão urbana.

Na escravidão urbana, muitos donos de escravos alugavam seus negros para utilização de terceiros e, com isso, o negro circulava pelas cidades, de alguma forma, de maneira “livre”, diferente do escravo rural, que ficava confinado nas senzalas e circulava apenas pelas fazendas. Com a circulação na cidade, promoviam-se encontros entre eles e havia a possibilidade de trocar informações e, conseqüentemente, de se organizarem.

Outra forma urbana de escravidão eram os chamados negros de ganho. Neste tipo de atividade, os negros eram utilizados, tanto pelos donos quanto por terceiros, que os alugavam, para vender mercadorias e prestar outros serviços pela cidade. Com isso, além de ter seus serviços em casa, eles conseguiam dinheiro na exploração do trabalho nas ruas. Assim, havia uma maior circulação e um interesse de ambas as partes, pois, com isso, muitos negros conseguiam juntar dinheiro e comprar a tão sonhada carta de alforria.

Em meio a todas as misturas percebemos o quanto é difícil configurar algo que seja realmente nacional, mas destacamos a importância da população vinda de várias partes da África não só na formação do povo brasileiro, mas também exercendo uma influência ligada à nossa cultura.

Portanto, entendemos que a capoeira pode se caracterizar em um elemento importante dessa formação. Posto isso, descreveremos a história da capoeira para tentar situá-la como parte integrante no contexto da identidade³ que começa a ser construída.

1. Um pouco de história

A contextualização histórica se faz necessária porque queremos mostrar em que medida a capoeira é pertinente enquanto conteúdo da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para que o leitor perceba como, a partir da formação da sociedade brasileira, foi constituído o indivíduo capoeira. Destacamos, também, que foi com base no *habitus* social que essa manifestação resistiu a todo processo de repressão. Para Elias

³Utilizamos o termo identidade, para caracterizar a formação da cultura brasileira. No entanto, não temos a pretensão de operacionalizar tal conceito.

Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com os outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social_ um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. (ELIAS, 1994, p.150)

Caracterizaremos o indivíduo capoeira segundo este conceito até chegar ao indivíduo capoeirista e, assim, entender o caminho percorrido por essa manifestação cultural na história da capoeira desde que se tem registro, inclusive na literatura, onde o indivíduo praticante da capoeiragem era o capoeira. Do mesmo modo, no momento da institucionalização, quando a capoeira passou a ser reconhecida como esporte, nasceu o capoeirista. Assim, entendemos que esses indivíduos foram formados a partir do *habitus* social em cada momento histórico.

Ainda segundo Elias (1994), o indivíduo não pode ser analisado fora de seu contexto social, para salientar a crítica aqueles que tentam separar os conceitos o autor nos dá a sua versão:

“Dispomos dos conhecidos conceitos de “indivíduo” e “sociedade”, o primeiro dos quais se refere ao ser humano singular (...) existindo em completo isolamento, enquanto o segundo costuma oscilar entre duas ideias opostas, mas igualmente enganosas. (...) as palavras de que dispomos, os conceitos que influenciam decisivamente o pensamento e os atos das pessoas que crescem na esfera delas, fazem com que o (...) indivíduo e a (...) sociedade, pareçam ser duas entidades ontologicamente diferentes.” (ELIAS. 1994. p.7)

Na verdade, muitos dos trabalhos realizados com a capoeira, percebemos essa dicotomia, entre os conceitos, no entanto, compreendemos assim como Elias (1994), que é impossível descontextualizar o indivíduo capoeira da sociedade em que ele foi produzido.

Existem muitas discussões sobre a História da capoeira, assim como na História do Brasil, principalmente com relação ao período da escravidão negra, pois as atrocidades cometidas pela classe dominante foram acobertadas, quando documentos relativos à época da escravidão foram queimados, desviados ou desapareceram. Encontramos vários motivos para que as autoridades não se preocupassem com a documentação, dentre eles os pedidos de indenização dos donos de escravos que se sentiram lesados com a abolição da escravatura.

Heloísa Turim Bruhns no livro “Futebol, carnaval e capoeira” (2000), citando Reis, aponta três momentos históricos da capoeira:

1-Sua criminalização: final do século XIX, que denominamos “perseguição” e subdividimos em período de contravenção penal (do começo do século XIX até 1890) e período de criminalização oficial (até a década de 1930); 2-Sua legalização década de 1930; 3- Sua institucionalização como esporte oficial: (década de 1970)(REIS apud BRUHNS, 2000, p. 24).

Em um primeiro momento da história, a capoeira passou a ser contravenção penal e logo após crime, muitos capoeiras foram presos e mandados para a ilha de Fernando de Noronha e outros locais isolados, para prestar trabalhos forçados, há registros de que várias construções tanto em Salvador quanto no Rio de Janeiro foram realizadas por capoeiras, em trabalho forçado como forma de punição.

Em 1890 a capoeira passou a ser crime previsto no código penal, no capítulo XIII, intitulado dos Vadios e Capoeiras, Artigos de 402 à 404:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena ? de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E? considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400. Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes.(Código Penal de 1890)

O Art. 400 desta mesma lei era justamente o que mandava os capoeiras para trabalhos forçados e para o aproveitamento nas construções, inclusive de presídios. A perseguição aos capoeiras já acontecia, mas os negros tinham uma certa proteção dos seus senhores, pois ferir um escravo ou prender por muito tempo significava prejuízo para seus donos. Porém, no período republicano, já não se pode contar com essa proteção, pois agora eles eram “livres”, no entanto, deviam cumprir a regra do jogo. Esta regra consistia em manter a ordem a qualquer custo, tirando das ruas àqueles que a “manchavam”, como mendigos, ébrios, desempregados e todos, incluindo os capoeiras, que estivessem fora da ordem.

Faz-se necessário observar que não eram só os negros que praticavam a capoeira no final do século XIX. Os brancos também praticavam. Temos como um dos casos mais famosos de repressão à capoeira o de Juca Reis⁴, filho do Conde de Matosinhos, que foi preso e torturado apesar de ser branco e nobre. Com o passar do tempo, a sociedade brasileira foi se

⁴Segundo Reis (apud BRUHNS, 2000 p. 26), no ano de 1885 foi constatado o registro de mais de 20% de capoeiras brancos, “cifra que alcança quase um terço em 1880”.

modernizando e a capoeira se aproximou da esportivização, assim, como toda cultura popular brasileira, passou também pelo processo de branqueamento fortemente vivido no final do Século XIX e início do XX.

Foi durante o governo de Getúlio Vargas que a capoeira saiu da ilegalidade, quando o então presidente do Brasil, com seu discurso populista, decidiu aproximar-se das manifestações populares. Ao perceber que a capoeira era uma das mais fortes manifestações advindas do povo, ele retirou-a do código penal. Em verdade, não fazia mais sentido a capoeira configurar-se como crime, pois neste período, 1937, a capoeira foi praticamente extinta no Rio de Janeiro e em Salvador resistiu, mas foi folclorizada⁵.

A Capoeira foi reconhecida como prática desportiva pela primeira vez como "Luta Brasileira (Capoeiragem)," pela Lei Federal 3.199 de 14/04/41, quando foi criado o Departamento Nacional de Capoeira junto à Confederação Brasileira de Pugilismo.

Novamente, em abril de 1953, foi reconhecida como Desporto pela Deliberação 071 do Conselho Nacional de Desporto-CND. Outro reconhecimento ocorreria em 26/12/72 por uma sessão do CND, cuja ata foi lavrada em 16/01/73. Em 1972 a capoeira é reconhecida como esporte conforme portaria expedida pelo Ministério da Educação - MEC. E em fevereiro de 1995, a Capoeira foi definitivamente reconhecida como desporto de alto rendimento e inserida no seletorol das entidades que integram o Comitê Olímpico Brasileiro - COB. No momento da Institucionalização é que a capoeira passa a ser respeitada, a partir da transformação desse fenômeno cultural advindo do povo, em esporte por força de lei.

De acordo com o Antropólogo Roberto Damatta (1986). Nós somos um povo que mesmo na informalidade, nos fazemos ou queremos ser formais. Para esse autor, essa paixão pelo formalismo tem origem em nossas raízes ibéricas. Tudo no Brasil funciona como imposição, o que nasce do povo parece não ter valor, passa-se a ser enxergada quando vem de cima para baixo, quando na verdade deveria ser o contrário.

A partir de um Decreto, a capoeira tornou-se um esporte com identidade nacional, assim na Constituição de 1988 ganhou proteção tendo em vista que no Art. 217, IV, toda manifestação desportiva de criação nacional deve ser protegida e incentivada. A capoeira institucionalizada passa a ser olhada de outra forma, tentando desvinculá-la de suas raízes

⁵Sobre esse fato das diferentes formas de repressão sofrida pela capoeira tanto no Rio de Janeiro como na Bahia e em outras localidades onde foram encontrados registros da capoeiragem, ver Antonio Liberac Cardoso Simões Pires disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000222917> acesso em 31/03/2016.

africanas, inclusive distanciá-la a todo custo das manifestações afro-brasileiras, sobretudo o candomblé. A capoeira a partir dessa categorização de esporte, não poderia está vinculada ao folclore, as danças populares, aos folguedos, muito menos as manifestações religiosas.

Após o processo de esportivização, surgem Federações e associações de capoeira, e cada vez mais foram surgindo grupos, onde não se pratica capoeira sem ser filiado a algum grupo, não tem espaço, é necessário para ser reconhecido como capoeirista, que o praticante participe de uma agremiação e receba cordas⁶ e as troque periodicamente.

Não obstante, se o capoeirista não tiver o tempo necessário e não passar pelos processos que a determinada graduação exige, ele não obtém o reconhecimento do mundo da capoeira e não terá o devido respeito que via de regra deve-se ter aos mais graduados na roda.

Depois desses momentos relatados por Brunhs destacamos um quarto momento relevante na história da capoeira, em 2008 a roda de capoeira e o Mestre de Capoeira são reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial do povo brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e mais recentemente a roda de capoeira é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Educação e a Cultura- UNESCO, como patrimônio Imaterial da humanidade. Momentos extremamente significativos para a história da capoeira, mas precisamente para a definitiva preservação dessa manifestação cultural, que faz parte da formação do povo brasileiro e que a partir desses reconhecimentos podemos analisa-la sob outra perspectiva quando a pensamos como um conteúdo pertinente da Educação para Relações Étnico-Raciais.

2. Capoeira: um conteúdo pertinente da educação para relações étnico-raciais:

Salientamos a necessidade de (re) contar a história da capoeira, para operacionalizar o conceito de *habitus*, que entendemos ser de suma importância para compreendê-la e identificá-la como conteúdo pertinente da Educação Básica.

A importância da contextualização se dá, também, para descrever a história da capoeira tentando compreender a sua inserção como conteúdo da Educação básica, a partir do advento das Leis 10.639/03, que trata da obrigatoriedade nos estabelecimentos oficiais, do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e 11.645/08, pois esta que substituiu a primeira, em 2008, para contemplar também a história Indígena, e tentar desvelar de fato

⁶Cordas, cordões, cada grupo tem o seu sistema de graduação, variando também de cada agremiação para que cada aluno passe para uma graduação superior.

como a capoeira pode se configurar em um instrumento interdisciplinar para inserção dos conteúdos da Educação para Relações Étnico-Raciais e para a aplicabilidade das Leis.

As referidas leis foram um apelo de demandas sociais emergentes da sociedade civil, no âmbito das Relações Étnico-Raciais, como resultado das contradições que marcaram o processo civilizatório brasileiro. A promulgação de uma Lei vem sempre com um histórico de disputas de interesses e ideais. O processo de construção/negociação lida com demandas diferentes e o resultado geram interesses alcançados e outros preteridos.

Reconhecemos os limites de uma Lei Nacional e a discrepância em sua aplicação em um país desigual como o Brasil. Muitas vezes, esta referência permanece abstrata. Cabe aos setores organizados fazer valer a Lei, em cada Estado, em cada escola. Ou seja, o currículo oficial da rede de ensino continua sendo palco de contestação, negociação e resistência para os negros e os indígenas. Consequentemente para as suas famílias, a construção de conteúdos relativos à Educação para Relações Étnico-Raciais é levar para o chão da escola a história de sua cultura.

Portanto, a referida Lei foi, e sua implementação continua sendo, produto da luta dos setores organizados e que esta representa uma ideologia e não apenas uma ação pedagógica. Neste sentido, é preciso e urgente reconhecer que o currículo da Educação Brasileira sempre representou, desde os seus primórdios, com a Educação Jesuítica, a cultura do branco como a verdadeira, a correta, a que deve ser seguida. Este currículo monocultural pressupõe a existência de uma hierarquia entre as culturas dos diversos povos e etnias que compõem a história do povo brasileiro.

Ao longo da história da Educação no Brasil não percebemos em nenhuma Reforma ou tentativa de reforma a preocupação com o negro ou com a história dos negros, iremos destacar alguns momentos para ilustrar a importância de um conteúdo ligado a história da formação étnica do povo brasileiro. Escolhemos esse caminho, porque entendemos que para a inserção da capoeira na Educação brasileira, passa pelo entendimento da história do negro e mais como o negro, no nosso caso específico o capoeira, foi deixado de lado em todos os processos de reforma e tentativas de reformas da história da educação no Brasil.

Após a independência do Brasil, tivemos um Decreto convocando uma Assembleia geral e Constituinte foi referendado por José Bonifácio De Andrada e Silva como afirma

Homem de Mello⁷ em um primeiro momento o Imperador foi favorável e parecia está de acordo com os novos rumos do recente país. A partir desse momento ocorreu uma intensa disputa entre as principais forças políticas pelo poder, o partido brasileiro, representando principalmente a elite latifundiária escravista, produziu um ante-projeto apelidado “Constituição da Mandioca” que limitava o poder imperial (anti-absolutista) e discriminava os portugueses (anti- lusitano).

Dom Pedro I, quando percebeu que a assembleia estava ganhando força e desafiando seus ideais absolutistas, apoiado pelo partido português (formado por ricos comerciantes portugueses e altos funcionários público), em 1823, dissolveu a Assembleia Constituinte Brasileira e no ano seguinte impôs seu próprio projeto. Com Carta Outorgada em 1824_ que foi aprovada por algumas câmaras municipais da confiança do Imperador_ foi criada a primeira Constituição Brasileira.

De acordo com Cury (2010) nesta Constituição, no inciso XXXII do Art.179 (que fala da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros), declara que o ensino primário seria gratuito e extensivo a todos os cidadãos. Mas não menciona nada em ser de caráter obrigatório. Isso mostra que a educação nesse período ainda era um privilégio, visto que mesmo o ensino sendo gratuito, poucos tinham acesso a ele. Isto, com efeito, confirma a segregação social existente naquele momento. Na tipificação de José Murilo de Carvalho (2014), nem todos eram cidadãos, alguns tinham o direito de reivindicar, pois, tinham direito ao voto e outros não. Para esse autor existia no século XIX, vários povos, dentre eles o povo político cidadão e o povo não político

O povo não político, ou *demos*, por sua vez, é composto de todos os excluídos, que nem se moviam em direção ao Estado pelo voto, nem buscavam seus serviços e favores. Quando muito, eram objetos da ação repressiva do Estado. Nesse texto, são os presos da Casa de Detenção. Os escravos, naturalmente, despojados de todos os direitos, inclusive os civis, nem mesmo poderiam ser incluídos no *demos*. (CARVALHO, 2014, p.17)

A tipologia demonstrada pelo autor, nos ajuda a entender que apesar de tantas tentativas de reformas, nossos personagens principais foram deixados aquém de todo e qualquer processo. Neste contexto vale notar que no mesmo artigo 179, inciso XXIII, da primeira Constituição brasileira, afirma que deveriam ser ensinados nos colégios e nas

⁷Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, foi historiador, geógrafo, advogado, político e professor, era um defensor da Constituição de 1823, pois, acreditava que esta era revolucionária, mas foi vetada por Dom Pedro. Então o Barão resolveu escrever para defender a Carta Vetada pelo Imperador.

Universidades os elementos de Ciências, literatura e artes, observando-se uma maior preocupação com a formação erudita.

Cury (2010) nos alerta que “[...] do ponto de vista constitucional, a educação era direito do Cidadão brasileiro” (p.347). Aqui, mais uma vez se externa a preocupação com aqueles que tinham ingresso nestas instituições de ensino e não com a universalidade. Maria Cristina Gomes Machado traz um discurso de Dom Pedro para ilustrar a preocupação do império com a educação formal:

Tenho promovido os estudos públicos quanto é possível, porém necessita-se para isso uma legislatura particular. Fez-se o seguinte: comprou-se para engrandecimento da biblioteca pública uma grande coleção de livros dos de melhor escolha; aumentou-se o número das escolas, e algum tanto o ordenado de seus mestres, permitindo-se além disso, haver um sem números delas particulares: conhecendo a vantagem do ensino mútuo, também fiz abrir uma escola pelo método Lancasteriano. (Fallas do Throno apud MACHADO, 2010, p. 157)

Segundo Machado (2010), essas foram as primeiras ações em matéria de ensino no Brasil, podemos perceber claramente a mistura de métodos e como o governo já deixava livre à iniciativa privada o ensino. Percebemos também que não existia nenhuma preocupação em inserir nesse processo os trabalhadores servis. Segundo a autora o governo se preocupava com a precariedade do ensino tanto é que isso é mencionado em vários discursos,

Contudo, não propuseram diretrizes ou traçaram orientações para a educação pública primária, que foi atropelada por um projeto de criação de universidades de modo que não foi traçado um plano geral ou um tratado sobre educação. Não se elaboraram diretrizes fundamentais para educação do país. (MACHADO, 2010, p. 158).

Machado fez um levantamento sobre as tentativas de reformas educacionais durante todo o império e ela relata que em nenhuma o negro pôde sequer fazer parte. Foram vários projetos polêmicos e contraditórios levantados pela autora, além de vários discursos e campanhas com a preocupação da necessidade de mão de obra especializada com o surgimento da indústria, dentre eles destaca Maciel da costa, José Eloi Pessoa da Silva e Burlamaque que fizeram campanha contra a escravidão,

Para eles, muitos eram os malefícios e inconvenientes decorrentes do trabalho escravo, visto que seu rendimento era inferior ao livre e inibia o desenvolvimento da indústria, aviltando a ideia de trabalho. Para eles, esse sistema incentivava a vadiagem e a indolência. (MACHADO, 2010, p. 158).

Assim constatamos que existia uma preocupação em ocupar as massas, pelo viés do trabalho e não da educação, no entanto o que fica claro é que a vadiagem era uma preocupação geral, pois se tornava uma crescente e era necessário utilizar formas de

desarticular os grupos. A forma encontrada foi a repressão, através das penalidades cada vez mais duras é que se mantinham a ordem vigente.

Com o advento da Republica a expectativa por Reformas era muito grande, tendo em vista que a Educação seria uma forma de “civilizar” o povo. Salientamos que mesmo com a Republica carregando traços da Monarquia, segundo Cury (2010) a instituição dela foi “[...] uma ruptura com o Regime monárquico” (p. 352), a expectativa por reformas eram muito grande e logo teríamos uma nova Constituição, mas antes disso teríamos a criação por Deodoro, da Secretaria de Estado da Instrução Publica, Correios e Telégrafos, tendo como secretario Benjamin Cosntant,

Benjamim Constant empreendeu a Reforma da Instrução Pública Primária, e Secundária do Distrito Federal pelo Decreto nº 981, de 08-11-1890, modelar para o país seu plano curricular seria o critério para qualquer tipo de equiparação em face aos seus similares estaduais ou livres. (CURY, 2010, p. 352.)

O que o novo governo estava preocupado era em regulamentar e centralizar o ensino e não universalizar presenciou-se mais uma vez as camadas populares e os negros recém-libertos nem sequer mencionados em nenhuma das Reformas ou tentativas de reforma. Percebemos nesse Ministério e na Constituição de 1891 uma preocupação em tornar o ensino laico, mas não universal.

Não obstante, na Constituição, de 1891, observamos uma preocupação um pouco maior porque era de interesse público entender Educação separado de religião. No Artigo 72. § 6º_ Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos._e §7º_ Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção official, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados. Estes textos reproduzidos na integra serve como marco de um começo de rompimento entre Igreja e Estado. Ainda nos interessa outros pontos que falam da Educação, como no Art. 35, parágrafo 2º afirma que cumpre a Educação “ Animar o paiz, o desenvolvimento das letras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, a indústria e o commercio, sem privilégios que tolham a acção dos governos locais (FAVERO, 1998, p. 304).

É interessante observar o emprego de animar e não providenciar, criar. Assim sendo, entende-se que, apesar da ênfase ser um pouco maior do que na Constituição anterior, podemos constatar que o sentido seria de auxiliar, favorecer, o ensino das letras, mas não obrigar ou tomar para si. Novamente, ficam de fora o caráter obrigatório e àqueles que não teriam outra possibilidade de instrução a não ser dada pelo governo.

O nosso foco na busca por essas Reformas ou tentativas de reformas educacionais é sempre procurar se em algum momento as autoridades preocuparam-se com a educação daqueles que estavam à margem da sociedade. O que destacamos é que a preocupação geral com a educação não era com os cidadãos, todos os habitantes da cidade, mas sim educar uma elite que precisava aprender a administrar.

Nesse sentido, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e saúde, mas só em 1933, após a derrota da revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, é que foi eleita a Assembleia Constituinte que redigiu a nova Constituição, promulgada em 16 de julho de 1934 e nela falou-se de educação muito mais do que nas anteriores. O debate da época era remanescente da Revolução de 1930 onde o discurso era salvacionista, tanto é que antes desta Constituição, houve várias Reformas com aspectos de Decretos como, por exemplo, o Decreto 19.850, onde foi criado o Conselho Nacional de Educação.

Nesta Constituição, o verbo utilizado ainda é “animar” e o ponto mais interessante está no Art.148, o qual fala em prestar assistência ao trabalhador intelectual porque, até o presente momento, não se havia tocado no assunto da valorização do profissional muito menos na formação do professor por parte do Estado. No Art.149, a educação passa a ser um direito de todos, diferentemente da abordagem feita até aqui. Na referida Constituição, o ensino primário torna-se obrigatório, no entanto, posterior a este, as palavras são “tornar mais acessível”, tendendo a ser gratuito para facilitar o acesso. Assim, foi instituído o exame de admissão para o ginásio, pois não havia vagas para todos.

Nela, havia muitas inovações no que se refere à Educação. Mas, como percebemos, a escola ainda não era universalizada e nos perguntamos onde estão nossos personagens principais, os capoeiras. Neste momento, ainda estavam na periferia, analfabetos, como permaneceram durante muito tempo. Muitos Mestres de capoeira morreram analfabetos, sem o mínimo de condições de sobrevivência, pois não poderiam participar deste processo.

Segundo Cury (2010), “o golpe de 1937 revogou a Constituição de 1934 e instituiu a ditadura do Estado Novo.”(p. 360) Uma nova Constituição, um novo momento histórico, onde quase toda a liberdade civil foi cessada, podemos dizer que no que compete a Educação no Estado Novo a ênfase dada a obrigatoriedade do Estado é muito maior, no entanto, o ensino continua livre à iniciativa privada.

Com o fim da era Vargas, em 1945, e tendo em mente os rigores da ditadura, os constituintes de 1946 desprenderam-se durante 8 meses na elaboração da Constituição, em 18 de setembro de 1946, foi promulgada outra Constituição brasileira. A carta de 1946 era

composta por termos que definiam a liberdade e a Educação brasileira. Essa última foi assegurada em todos os níveis e como direito de todos, pelo Estado juntamente com a iniciativa privada.

A Constituição de 46 havia fixado num dos seus parágrafos (Art.5, XV, d) a necessidade de elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino no Brasil que substituíssem aquelas consideradas ultrapassadas do Governo Vargas. (FREITAG.1980)

Com o objetivo de promover uma Reforma geral da Educação Nacional, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, nomeou uma comissão de especialistas para este fim. A partir daí, lança-se um pré-projeto que gerou uma discussão que deu origem a Lei 4.024 a 1ª LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Diante disso, vários momentos podem ser destacados na Educação, onde o negro, sempre posto de lado até a Constituição de 1988, começa-se a pensar cem anos após a abolição da escravidão em uma escola para todos. Sendo que só podemos perceber a inserção no ensino de diferentes culturas na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei 9394/96.

A LDB aprovada sem dúvida é uma conquista para os educadores e para a Educação, independente dos interesses políticos nela constantes, Pedro Demo (2003) destaca vários pontos positivos e outros tantos negativos. Acreditando no progresso sem se prender as amarras destacamos o Art. 26 que trata dos Currículos em seu parágrafo 4º “ O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Percebemos, então, a tentativa de resgate de nossa história, tendo em vista que os livros didáticos não revelam, de fato, a nossa formação identitária, e sempre relataram os negros a partir da escravidão. Podemos começar a refletir sobre o contexto da Lei que contempla tal contribuição, a 10.639/03 que surgirá anos mais tarde, sendo substituída pela Lei 11.645/08, em mais uma tentativa de mudança de paradigma.

Últimas palavras:

Entendemos que a inserção da capoeira na Educação brasileira passa pelo entendimento da história do negro e mais como o negro, nesse caso específico o capoeira, foi deixado de lado em todos os processos de reforma e tentativas de reformas da história da

educação no Brasil. No entanto, as leis não deixam claro quais conteúdos e em que disciplinas devemos inseri-los.

Entendemos que a lei sozinha não irá mudar um quadro historicamente e socialmente construído, no qual exclui o Negro contar e viver sua História. Como as leis não determinam e nem deixam claro quais os conteúdos devem ser aplicados, a fim de que haja de fato valorização da cultura africana, o professor deve selecionar e investigar aspectos que de fato propicie essa valorização e deixando de lado o olhar do outro que muitas vezes não interpreta a realidade vivida no contexto habitado.

A capoeira como conteúdo escolar viabiliza contar e estudar a contribuição do Negro na sociedade brasileira, uma vez que sendo uma sociedade resultante de grupos sociais diversos é inegável a lacuna deixada por aspectos sociais marginalizados pela história da sociedade brasileira.

Diante disso, vários momentos podem ser destacados na Educação, onde o negro, sempre posto de lado até a Constituição de 1988, na referida carta magna começa-se a pensar cem anos após a abolição da escravidão, em uma escola para todos. No entanto, só podemos perceber a inserção no ensino de diferentes culturas na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (9394/96).

Percebemos que a capoeira contribui na escola como conteúdo pertinente, pois faz parte da formação híbrida do povo brasileiro. Essa manifestação está intimamente ligada à história de perseguição e resistência do que nasce do seio da população.

É importante salientar que o paradigma da Nova História Cultural, nos permite contar um pouco dessa história. Pois nos dá a liberdade conceitual de falar das minorias, sem amarras. Enfim, a capoeira é uma manifestação que, como tantas outras ligadas à cultura negra, sofreram pela opressão constante, mas também apresenta resistência desta mesma cultura.

A própria História da capoeira é um mar de possibilidades para questionar e viabilizar ações que promovam dentro e fora da escola componentes de um questionamento a favor das relações étnico racial. Formulando uma história menos eurocêntrica e reguladora, promovendo uma sociedade visualizadora das diversas raízes da sociedade brasileira.

A capoeira, como conteúdo escolar não opera somente na valorização da cultura deixada pelos africanos escravizados, entendemos que a valorização da cultura e da história negra é a valorização da cultura brasileira.

Referências:

BRUHNS, Heloisa Furini. **Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro**. Campinas: Papirus, 2000.

CAMPOS, Hélio. (Mestre Xaréu) **Capoeira regional: a escola de Mestre Bimba**. Salvador: EDUFBA.2014.

CARVALHO, Jose Murilo de. E NEVES, Lucia Maria Bastos P. **Dimensões e fronteiras do Estado Brasileiro no Oitocentos**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2014.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A Construção Nacional: 1830-1889**. Vol.2. Coleção história do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilian Moritz Schwartz. Madrid /Rio de Janeiro: MAPFRE E Editora Objetiva em coedição. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Reformas Educacionais no Brasil**. IN: SAVIANI, Dermeval. (org) Estado e Políticas Educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010. Coleção Horizontes da Pesquisa em história da educação no Brasil.

BRASIL. CONSTITUIÇÕES FEDERAL - Promulgada em 5 de outubro de 1988.

DA MATTA, Roberto. **Digressão: A Fábula das três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira**. IN: Relativizando; Uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: ROCCO. 1987.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. 15ª edição Campinas-SP: Papirus Editora. 2003.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.1994.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios**. 1- Estado, Processo e Opinião publica. Org. e Apresentação: Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro. 2006.

ESTEVES, Acúrsio. **A “capoeira” da Indústria do entretenimento (corpo, acrobacia e espetáculo) para “turista vê”**. Salvador. Bureau. 2004.

FÁVERO, Osmar. **A Educação nas Constituições Brasileiras 1823-1988**. Campinas – SP. Autores Associados.1998.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**.3ª edição. São Paulo: Ática. 1978.

FERREIRA, Jackson. **Desta para melhor**. IN: A Era da Escravidão. Organizado por Luciano Figueiredo. Rio de Janeiro : Sabin. 2009. (Coleção Revista de História no bolso).

FILHO, Geraldo Inácio. SILVA, Maria Aparecida. **Reformas educacionais durante a primeira República no Brasil (1889-1930)**. IN: SAVIANI, Dermeval. Estado e Políticas

Educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010. Coleção Horizontes da Pesquisa em história da educação no Brasil.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 7ª EDIÇÃO. São Paulo: CENTAURO Editora . 2007.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de Jornais brasileiros do Século XIX**. 4ª Edição. São Paulo: Editora global. 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 51º edição. 7ª reimpressão. São Paulo: Global. 2013.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta. 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes sociais no Brasil**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora brasiliense. 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: ZAHAR. 2009.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Estado e políticas da educação no Império brasileiro**. Estado e Políticas Educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010. Coleção Horizontes da Pesquisa em história da educação no Brasil.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **A Constituinte Perante a História**. Brasília: Coleção Memória Brasileira, Senado Federal. 1996.

MOURA, Jair. **Mestre Bimba**: A crônica da capoeiragem. Salvador: Fundação Mestre Bimba. 1993.

NOVAES, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e Vida Privada Na América Portuguesa. Organizadora. Laura de Melo e Souza. São Paulo: Companhia da Letras. 1997. Vol 1.

PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. **Movimentos da cultura afro-brasileira** : a formação histórica da capoeira contemporânea 1890-1950. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em História. Campinas. 2001.

PUBLICAÇÕES INDESP (Série esportes de criação nacional- coletânea) Ouro Preto: 1996. Ministério Extraordinário dos Esportes.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação. LDB, Trajetórias, Limites e Perspectivas.**

10ª edição. Campinas- São Paulo: AUTORES ASSOCIADOS. 2006.

SAVIANI, Dermeval. **O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na História da Educação Brasileira.** In: Estado e Políticas Educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010. Coleção Horizontes da Pesquisa em história da educação no Brasil.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão Racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SILVA, Gladson de Oliveira. **Capoeira do Engenho à Universidade.** São Paulo: EPEUSP. 1995.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava: e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).** Campinas: Editora Unicamp. 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira.** 8ª EDIÇÃO. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

TAVARES, Luiz Carlos Vieira. (Mestre Lucas). **O corpo que ginga, joga e luta: A corporeidade na capoeira.** Salvador, Edição do autor. 2006.

VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo da capoeira. Cultura popular no Brasil.** Rio de Janeiro: Sprint. 1998.

A prática da capoeira na educação física e sua contribuição para a aplicação da lei 10.639 no ambiente escolar: a capoeira como meio de inclusão social e da cidadania. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conece/3conece/paper/viewFile/2379/975> <Acesso em: >18/05/2015.

Lei 10.639/03 disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm > Acesso em 18/09/2015.

Lei 11.645/08 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em 18/09/2015. > Acesso em 21/09/2015.
<http://www.casaruibarbosa.gov.br/> > Acesso em: 04/11/2015.